

# Rio-92: promessas ainda no papel

LIANA JOHN (AE)

O primeiro aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, ocorre nesta semana, sem grandes motivos para comemorações. Os discursos diplomáticos caíram no vazio e os documentos burocráticos não se transformaram em ações políticas, ainda que tenham sido criados novos organismos internacionais e novas propostas no papel. Pior ainda: logo após a conferência, o movimento ambientalista sofreu um sério refluxo em boa parte dos 140 países cujos governantes compareceram à Rio 92.

No Brasil, a crise política que sucedeu de imediato a conferência, a par da instabilidade dos secretários e ministro do meio ambiente, inviabilizou qualquer iniciativa séria, governamental ou não. O país foi incapaz de formular projetos para trazer capital estrangeiro e financiar o desenvolvimento sustentável. Nenhum projeto de conversão da dívida externa em benefício do meio ambiente saiu da intenção. Dos 4,1 bilhões de dólares prometidos durante a Rio 92 para a proteção da natureza brasileira efetivamente só foram liberados, até agora, US\$ 330 mil do grupo dos países ricos, o G-7, previstos no Plano Piloto de Florestas. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, desse total, 30 mil dólares foram para a demarcação de terras indígenas, na Funai, Fundação Nacional do Índio.

Cem mil foram destinados às duas instituições de pesquisa da Amazônia, Museu Goeldi, no Pará, e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Amazonas, para a compra de equipamentos. Cento e trinta mil ainda serão usados na proteção de Florestas Nacionais e outros 70 mil serão pulverizados entre pequenos projetos, reservas extrativistas e pesquisa, nesse caso incluindo a Mata Atlântica.

De acordo com o ministro Coutinho Jorge, existem mais US\$ 50 milhões no Banco Mundial à espera do detalhamento de projetos ambientais. Faltam competência técnica e recursos humanos para elaborar tais projetos. Na hipótese mais otimista, o G-7 só libera esse dinheiro para o país no final do ano, se as mudanças de ministério não atrapalharem.

**Passando vergonha**  
No plano político a situação não é melhor. Em novembro passado, cinco meses após a Rio 92, Brasília sediou uma reunião interparlamentar internacional só

para discutir como transformar em lei os acordos feitos. O Brasil, país anfitrião e primeiro a assinar os dois documentos mais importantes — a Convenção de Mudanças Climáticas e a de Biodiversidade — passou vergonha.

Deveria ter apresentado tais documentos ao Congresso para transformá-los em lei nacional e assim ratificá-los. Mas os textos ainda nem haviam sido traduzidos para o português. Só em março deste ano concluiu-se a tradução e os documentos passaram à comissão de Relações Exteriores da Câmara para apreciação, ainda sem prazo para votação.

Mas a vergonha não é exclusividade brasileira. Ao voltar à Noruega, logo após a Rio 92, a ex-ministra Gro Brundtland, tão badalada por suas teorias preservacionistas, mostrou que a prática só se aplica aos outros. Brundtland declarou publicamente ser favorável à caça às baleias. A caça está suspensa desde 1986 em todo o mundo, por uma moratória recém-revalidada numa reunião no Japão, neste mês de maio. Apenas a Noruega, a Islândia e o Japão burlam a moratória, sob a desculpa de matar para pesquisa científica.

Enquanto isso, os Estados Unidos trocaram a imagem de "vilão ambiental" pela liderança nas ações concretas. O Congresso americano ratificou em tempo recorde a Convenção de Mudanças Climáticas, ainda sob a administração Bush. Quando Bill Clinton assumiu, logo tratou de reiterar a disposição de fazer valer os acordos assinados através de leis de controle de emissões e ainda prometeu aderir à Convenção de Biodiversidade, embora com reservas.

Foi uma estratégia bem sucedida. Jogou poeira sobre os representantes dos países europeus, que no Rio discursaram tão bem, mas se atrasaram na tramitação da papelada. Até agora nenhum dos 12 países da Comunidade Europeia ratificou as convenções e as perspectivas mais otimistas são de conseguiu-lo apenas em dezembro. No total, assinaram a Convenção de Mudanças Climáticas 158 países, e pelo menos 16 ratificaram o documento.

São necessárias 50 ratificações para o acordo entrar em vigor. A Convenção de Biodiversidade já aderiram 160 países e pelo menos 3 a ratificaram. Com 30 ratificações a convenção entra em vigor. Ambas as Convenções permaneceram abertas a assinaturas na Organização das Nações Unidas, ONU, até este mês de junho.



A Greenpeace, que trouxe seu barco a Belém, foi obrigada a cortar funcionários

## Depois do anticlímax, mais articulação

A instabilidade política governamental deixou os ambientalistas sem interlocutor, desde a Rio-92. Logo após a conferência, o movimento verde passou por um anticlímax, desaparecendo da mídia e da vida da grande maioria dos cidadãos comuns. Alguns ambientalistas preferem dizer que o movimento voltou ao normal, após a supermobilização em torno da Rio-92. Mas admitem que a conferência deixou um vácuo.

João Paulo Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica, critica o descaso do governo brasileiro com as decisões tomadas na conferência. "O governo se mostrou desarticulado e desmotivado. O ministro não sabe se é ministro. A crise econômica inviabilizou a captação de recursos internacionais já liberados. As organizações não-governamentais, ONGs, ficaram sozinhas", analisa Capobianco. "O movimento ambientalista adquiriu uma importância teórica, abriu-se espaço, mas foi ocupado por um vácuo, porque o governo não age e as ONGs não podem fazer mais do que estão fazendo". No que não dependem de medidas governamentais, entretanto, as ONGs têm conseguido algumas vitórias. Após a Rio-92, as entidades mais profissionalizadas formaram redes de informação e articulação política, multiplicando seu poder de fogo nas denúncias e lobbies. Só na rede das organizações que trabalham com a Mata Atlântica já participam 70 entidades. Elas conseguiram negociar um decreto de proteção capaz de sair do papel e

realmente restringir atividades predatórias, aprovado em meados de fevereiro. Também transformaram em denúncia nacional um fato que normalmente teria apenas cobertura local: o desmatamento da Odebrecht, no Sul da Bahia. Em maio, o Ministério do Meio Ambiente suspendeu o projeto.

### Conquistas

Organizadas desse modo, as ONGs têm garantido seu lugar como interlocutoras do governo nos assuntos ambientais, uma das poucas conquistas da Rio-92 mantidas durante o ano. Agora, com a ameaça de mudanças no capítulo ambiental na revisão constitucional, será fundamental manter essa coesão dos ambientalistas e o assento conquistado nas comissões governamentais. Eduardo Martins, coordenador brasileiro do Fundo Mundial para a Vida Selvagem, WWF, acredita que as ONGs estão se articulando novamente, após passar por um processo de depuração.

O WWF é uma das maiores organizações ambientalistas mundiais e se viu obrigada a "voltar os olhos para si mesma, trabalhando num planejamento estratégico para os próximos anos", explica Martins. No Brasil, a entidade pretende enxugar a equipe, terceirizar serviços, reduzir os gastos com salários e custeio de 25% para 15% do seu orçamento e investir mais em projetos de proteção propriamente ditos, em parceria com outras ONGs e, quando possível, com o governo. O carro chefe das campanhas do WWF será o cerrado.

"Pretendemos lutar contra a política pública de usar o cerrado para preservar a Amazônia, como se o cerrado tivesse menos importância", diz Martins. Parte dos 3,2 milhões de dólares de orçamento anual do WWF no Brasil serão usados numa área de cerrado ainda a ser eleita, onde promoverá pesquisas, mapeamentos e estabelecerá um projeto de referência.

Outra das grandes entidades ambientalistas mundiais, a Greenpeace Internacional, foi obrigada a vender um barco e reduzir 25% dos 500 funcionários permanentes, em julho. O orçamento de 1993 foi US\$ 9 milhões menor do que o de 1992, ficando em torno dos US\$ 27 milhões. Em novembro, a entidade abriu sua primeira loja da América Latina no Rio de Janeiro, para arrecadar fundos. Mas ainda não encontrou um caminho para obter grande repercussão em suas manifestações brasileiras por falta de eco no Legislativo e Executivo governamentais. Em agosto uma manifestação contra a presença de navios nucleares americanos, na Baía de Guanabara, foi interrompida pela Capitania dos Portos. Em novembro, uma caravana de ambientalistas e jornalistas foi ao Pará protestar contra o comércio de mogno. Interrompeu o trabalho de uma serra para algumas horas, mas não obteve mais que promessas do governo. Em maio, o protesto foi em São Paulo, contra a poluição dos carros. Ganhou as páginas dos jornais, mas nada mudou no projeto da avenida Faria Lima.

## Aumentaram os investimentos em ecologia

A publicidade em torno da Rio 92, além de despertar atenção da sociedade de todo mundo sobre o grau de enfermidade da Terra, alertando sobre a necessidade de poupar o planeta das agressões contra o meio ambiente e de apontar saídas para a crise ambiental, impulsionou no Brasil uma "onda verde" que provocou o aparecimento de diversos produtos ecológicos e de indústrias dispostas a investir milhões na preservação do meio ambiente. Algumas interessadas somente em "aproveitar" o momento para melhorar sua imagem, outras atraídas pela possibilidade de retorno econômico.

Independente do motivo, o fato é que hoje indústrias petroquímicas, do setor de celulose e papel, metalúrgicas, montadoras de automóveis, fabricantes de cadernos, redes de lanchonetes, indústrias de material de limpeza, mineradoras, indústrias químicas, de refrigeração — multinacionais, na sua grande maioria — investiram milhões de dólares em processos industriais para acabar com a poluição de seus efluentes industriais, em filtros anti-polluição e na fabricação de produtos biodegradáveis ou inofensivos ao meio ambiente.

A Aracruz Celulose, por exemplo, foi uma das primeiras empresas brasileiras a assinar, em meados de abril de 91, na Holanda, a Carta de Princípios sobre Desenvolvimento Sustentado, junto com outras dezenas de empresas americanas e europeias, se comprometendo a adotar processos inofensivos à natureza. A rede de Mc Donald's passou a utilizar somente embalagens descartáveis, ao mesmo tempo em que imprimiu milhares de exemplares do Glossário Ambiental em papel reciclado.

No ano passado a Atlantis investiu cerca de US\$ 8 milhões no desenvolvimento de produtos da linha Opção Verde, lançando no mercado lava-roupas, limpador e lava-louça à base de produtos biodegradáveis e naturais. A Du Pont informou divulgou investimentos de US\$ 25 milhões em equipamentos e sistemas de proteção na sua fábrica de dióxido de titânio, em Minas. A Rhodia destinou US\$ 18 milhões num projeto para reduzir em 30% a carga orgânica de seus esgotos em 10 unidades industriais.

De uma maneira geral, as multinacionais procuraram seguir as políticas já adotadas em suas sedes para não serem acusadas de proteger o meio ambiente em seus países de origem e poluírem os outros.

**EMPREGOS?**  
Você encontra as melhores ofertas nos Classificados de **O LIBERAL**